



TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref.

Inquérito Civil nº 1.29.000.003818/2020-62

Inquérito Civil nº 01625.002.513/2020

Inquérito Civil nº 01128.002.437/2020

Inquérito Civil nº 003415.2020.04.000/6

Ação Civil Pública nº 5106733-42.2020.8.21.0001

Ação Civil Pública nº 5105506-17.2020.8.21.0001

Processo de Assistência Judiciária DPU nº 2020/026-09143

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República Enrico Rodrigues de Freitas, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Rio Grande do Sul e pelos coordenadores e integrantes do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão Procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida e Promotora de Justiça Lívia Maria Santana e Sant'Anna Vaz; o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, pela Promotora de Justiça Gisele Müller Monteiro, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa de Direitos Humanos de Porto Alegre e pela Procuradora de Justiça Angela Salton Rotunno, Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul; o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** pelo Procurador do Trabalho Viktor Byruchko Junior, nos autos do Inquérito Civil 003415.2020.04.000/6; a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, pela Defensora Pública Dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, Aline Palermo Guimarães, pelo Defensor Público Dirigente do Núcleo de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas, Rafael Pedro Magagnin e o Defensor Público Dirigente do Núcleo de Defesa Criminal, Andrey Régis de Melo, a **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**, pelo Defensor Regional de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, Daniel Mourgues Cogoy e pela Defensora Pública Federal Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais, Rita Cristina de Oliveira, doravante



denominados **COMPROMITENTES; CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.**, sociedade empresária inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.543.915/0001-81, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua George Eastman, 213, Bairro Vila Tramontano, CEP 05.690-000 (“CCI”), **COMERCIAL DE ALIMENTOS CARREFOUR LTDA.**, sociedade empresária inscrita no CNPJ/ME sob o nº 65.545.579/0001-25, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua George Eastman, 213, Bairro Vila Tramontano, CEP 05.690-000 (“CAC”) e **ATACADÃO S.A.**, sociedade empresária inscrita no CNPJ/ME sob o nº 75.315.333/0001-09, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.169, CEP 02170-901 9 (“Atacadão”), todos representados na forma de seus contratos ou estatutos sociais, com poderes para representar judicial e extrajudicialmente as referidas sociedades empresárias e em seu nome firmar acordo, doravante referidas conjuntamente como **COMPROMISSÁRIOS**; assinam o presente Termo de Ajustamento de Conduta ainda **EDUCAFRO - EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE AFRODESCENDENTES E CARENTES**, organização não governamental controlada pela Associação Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos, devidamente inscrita no CNPJ/MF n. 10.261.636/0001-04, com sede e foro na Rua Riachuelo, 342, Centro, CEP 01007-000, São Paulo-SP, e **CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob no 56.463.714/0001-90, com sede nesta Capital, na Av. Higienópolis, 890, CEP 01238-000, ambas neste ato representadas por seu comum advogado Márlon Jacinto Reis, com inscrição na OAB/DF sob o número 52.226, na condição de **TERCEIROS INTERESSADOS** autoras da Ação Civil Pública no 5105506-17.2020.8.21.0001;

CONSIDERANDO o conteúdo das seguintes normas e diretrizes atinentes ao combate à discriminação, ao racismo e à promoção da diversidade: (i) Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial da ONU, de 1965, incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto 65.810/1965; (ii) Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; (iii) Declaração e Programa de Ação adotados na



Terceira Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001 em Durban, África do Sul, (iv) Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho; (v) Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (Regras de Ruggie), em especial os princípios 11, 13 e 15; e (vi) Diretrizes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para as Empresas Multinacionais;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social”;

CONSIDERANDO que é objetivo da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV, da Constituição da República);

CONSIDERANDO as seguintes normas internas da República Federativa do Brasil, pertinentes ao tema: (i) Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); e (ii) Decreto nº 9.571, de 21 de novembro de 2018, que estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos; além de outras eventualmente aplicáveis;

CONSIDERANDO que tais valores, que inspiram as normas e os princípios que compõem o ordenamento jurídico nacional, devem pautar as ações de todas as instituições, governos, agentes públicos e políticos, bem como de toda a sociedade civil e das empresas privadas, sempre no sentido de apoiar e incentivar ações que visem a abolir e reduzir o racismo institucional e estrutural no país, a discriminação étnico-racial e as desigualdades sociais fundadas em preconceitos que possam ser identificados na sociedade brasileira;



CONSIDERANDO que o racismo estrutural é um conjunto sistêmico de práticas sociais, culturais, políticas, religiosas e históricas desenvolvidas e mantidas em uma sociedade de modo a manter e perpetuar hierarquização de um grupo social, mediante a manutenção de dominações, privilégios, legalizações, relações de poder e de submissão, que se perpetua independentemente das formas de expressão, sentimentos ou manifestações individuais de racismo, pois está arraigado na estrutura da vida política, econômica, social e jurídica, o que pode ser verificado por dados estatísticos que evidenciam a desigualdade social e econômica de determinado grupo em virtude de sua cor, raça ou etnia;

CONSIDERANDO que o combate ao racismo estrutural e ao racismo direto e indireto, bem como sua prevenção e erradicação devem ser promovidos pelos Poderes Públicos e pela iniciativa privada, nos limites estabelecidos em lei, para dar efetividade aos direitos humanos garantidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e por normativas internacionais;

CONSIDERANDO que a coibição de práticas e abordagens violentas, abusivas, desproporcionais, agressivas e letais é um dever do Estado e das empresas, sempre nos limites estabelecidos em lei;

CONSIDERANDO o consenso de que é fundamental que o combate ao racismo estrutural, bem como a qualquer forma de violência, avance com o maior engajamento das empresas privadas brasileiras e das transnacionais que aqui atuam, não apenas em demonstrações públicas ou em campanhas de marketing, mas igualmente por meio da efetiva implementação da diversidade em seus quadros e do firme e incessante combate ao racismo no ambiente corporativo ou empresarial, inclusive quando eventualmente envolvidas empresas terceirizadas ou fornecedoras;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, e de outros interesses sociais, difusos e coletivos (art. 127, caput, da Constituição Federal, e art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 75/93),



incumbindo-lhe, outrossim, primar pela consecução dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e pela defesa dos direitos e interesses coletivos (art. 5º, I, c, e III, e, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público da União e do Ministério Público Estadual a promoção de inquérito civil e de ação civil pública para a salvaguarda dos interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição Federal, art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, e art. 1º da Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87, de 06 de abril de 2010);

CONSIDERANDO que a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos/às necessitados/as, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções da Defensoria Pública, nos termos do art. 4º, da Lei Complementar nº 80/94, prestar orientação jurídica e exercer a defesa das/os necessitadas/os, em todos os graus; promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico; promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes; promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais das/os necessitadas/os, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela; exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, da pessoa idosa, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de



outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado; atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;

CONSIDERANDO os elementos que instruem o Inquérito Civil nº 1.29.000.003818/2020-62 (MPF), que tramita no Ministério Público Federal, e tem por objeto “apurar funcionamento de mecanismos de fiscalização da Polícia Federal em face de empresas de segurança privada, nos termos da Lei nº 7.102/1983, a fim de enfrentar racismo estrutural e casos de discriminação e racismo, bem como seus reflexos concretos, como o caso de espancamento e morte de homem negro em supermercado da rede Carrefour em Porto Alegre na data de 19/11/2020”, ainda pendente de conclusão sobre tais fatos;

CONSIDERANDO os elementos que instruem o Inquérito Civil nº 01625.002.513/2020, que tem por objeto “buscar reparação pelo dano moral coletivo decorrente do fato criminoso ocorrido nas dependências de supermercado do Carrefour Comércio e Indústria Ltda, localizado em Porto Alegre, na Rua Plínio Brasil Milano, nº 2343, no dia 19 de novembro de 2020, que culminou com o homicídio de João Alberto Silveira Freitas”; e os elementos que instruem o Inquérito Civil nº 01128.002.437/2020, que tem por objeto “averiguar a existência de políticas de direitos humanos no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. no Rio Grande do Sul”, os quais tramitam no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO os elementos que instruem o Processo de Assistência Judiciária nº 2020/026-09143 (DPU/DRDH/RS), que tem por objeto “buscar reparação pelo dano moral coletivo decorrente do fato criminoso ocorrido nas dependências de supermercado do Carrefour Comércio e Indústria Ltda., localizado em Porto Alegre, na Rua Plínio Brasil Milano, nº 2343, no dia 19 de novembro de 2020, que culminou com o homicídio de João Alberto Silveira Freitas”.



CONSIDERANDO os elementos que instruem o Inquérito Civil nº 003415.2020.04.000/6, que tramita no Ministério Público do Trabalho, que tem por objeto “1) manifestação a respeito do ocorrido no dia 19/11/2020, nas dependências da loja localizada na Avenida Plínio Brasil Milano, nº 233/2343, Bairro Passo D’Areia, Porto Alegre, que culminou com a morte do Sr. João Alberto Silveira Freitas, juntando os documentos que entender pertinentes a respeito, e 2) informar, comprovando documentalmente, que práticas adota para capacitar trabalhadoras, trabalhadores e prestadores de serviço contratados objetivando sensibilizá-los a respeito da temática racial; para criar e incentivar uma cultura de igualdade, e que mecanismos adota para o recebimento de denúncias e enfrentamento de questões envolvendo a temática racial”;

CONSIDERANDO a existência da Ação Civil Pública nº 5106733-42.2020.8.21.0001, em trâmite perante a 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, na qual a Defensoria Pública postula a cominação de obrigações de fazer e de não fazer por parte do CARREFOUR, bem como a reparação por danos morais coletivos em virtude do episódio ocorrido na unidade do CARREFOUR em Porto Alegre - RS em 19.11.20;

CONSIDERANDO a existência da Ação Civil Pública nº 5105506-17.2020.8.21.0001, em trâmite perante o 1º Juízo da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, na qual o CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO (“CENTRO SANTO DIAS”) e FRANCISCO DE ASSIS: EDUCACAO, CIDADANIA, INCLUSAO E DIREITOS HUMANOS (“EDUCAFRO”) postulam a cominação de obrigações de fazer e de não fazer por parte do CARREFOUR, bem como a reparação por danos morais coletivos em virtude do episódio ocorrido na unidade do CARREFOUR em Porto Alegre – RS em 19.11.20.

CONSIDERANDO que o CARREFOUR possui centenas de lojas em todo o Brasil, contando com mais de 90 (noventa) mil colaboradores e atendendo milhões de clientes a cada mês em suas



lojas, constituindo uma operação altamente complexa, de grande e intensa interação com o público em geral;

CONSIDERANDO que desde o dia 19.11.20 o CARREFOUR anunciou diversas medidas para ampliar e reforçar o combate à violência, ao racismo e promover a diversidade, incluindo, por exemplo, o estabelecimento de um fundo à promoção da diversidade e combate ao racismo, a destinação do resultado líquido das vendas efetuadas no dia da Consciência Negra e nos dias 26 e 27 de novembro de 2020 para investimento em ações e medidas em prol da igualdade racial e social, a realização em massa de treinamentos suplementares aos seus colaboradores visando uma atuação antidiscriminatória, respeitosa e inclusiva de clientes, parceiros e *stakeholders*, além de diversas outras medidas;

CONSIDERANDO que não é de interesse das partes a judicialização do tema, mas sim uma rápida junção de esforços para que os COMPROMISSÁRIOS possam contribuir para o combate ao racismo estrutural no país e a promoção dos direitos humanos, por meio da implementação das diversas ações sobre o tema com impacto na sua estrutura e também na sociedade;

CONSIDERANDO que a conciliação não implica reconhecimento de culpa, sendo um mecanismo apto a propiciar uma solução que atenda aos interesses de todas as partes envolvidas e que o presente Termo não implica reconhecimento, por parte dos COMPROMISSÁRIOS, de qualquer conduta ilícita nem da existência de racismo institucional em empresas do CARREFOUR;

CONSIDERANDO que COMPROMITENTES e COMPROMISSÁRIOS entendem e reafirmam que a proteção dos direitos humanos e a promoção da diversidade são missões contínuas e que exigem que os particulares e o Poder Público tomem medidas cada vez mais ampliadas e profundas, como forma de reforçar as medidas já em vigor;



RESOLVEM firmar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** (doravante, “TAC” ou “Termo”), conforme as cláusulas abaixo especificadas.

1. OBJETO DO PRESENTE TERMO

1.1. O presente Termo tem por objetivo estabelecer as medidas mínimas a serem implementadas ou reforçadas pelos COMPROMISSÁRIOS para evitar a ocorrência de atos de racismo e discriminação racial, em âmbito nacional, para fins de combate ao racismo, à discriminação e à violência, bem como da promoção da diversidade, como forma de também resolver definitivamente fatos e potenciais responsabilidades de âmbito coletivo, em relação aos COMPROMISSÁRIOS, sobre todas as obrigações e matérias objeto deste Termo, havendo em curso os seguintes procedimentos instaurados pelas entidades COMPROMITENTES e TERCEIROS INTERESSADOS: (i) Inquérito Civil nº 1.29.000.003818/2020-62; (ii) Inquérito Civil nº 01625.002.513/2020; (iii) Inquérito Civil nº 01128.002.437/2020; (iv) Inquérito Civil nº 003415.2020.04.000/6; (v) Processo de Assistência Judiciária DPU nº 2020/026-09143; (vi) Ação Civil Pública nº 5106733-42.2020.8.21.0001; e (vii) Ação Civil Pública nº 5105506-17.2020.8.21.0001.

1.2. A celebração do presente Termo: (i) implicará o arquivamento e encerramento definitivo de todos os inquéritos acima elencados, a partir da assinatura do presente Termo; (ii) será noticiada nas ações judiciais em curso identificadas acima pelas partes das referidas ações, para a postulação da extinção das respectivas ações, com fundamento no artigo 487, III, “b” do Código de Processo Civil; bem como em futuras demandas, judiciais ou administrativas, que eventualmente venham a ser propostas em relação aos mesmos fatos em âmbito coletivo; e (iii) representará, na forma estabelecida neste Termo, a liberação dos COMPROMISSÁRIOS com relação a quaisquer outras obrigações, responsabilidades e/ou valores advindos ou que potencialmente adviriam dos referidos procedimentos no item (i) e (ii) desse dispositivo frente



aos COMPROMITENTES e TERCEIROS INTERESSADOS, exceto no tocante à Ação Civil Pública nº 5105506-17.2020.8.21.0001 promovida pela EDUCAFRO e CENTRO SANTO DIAS, que será extinta com resolução de mérito, restando exclusivamente ao Juízo decidir sobre o ponto pendente nos termos da petição anexa.

1.2.1 As Partes das respectivas ações se comprometem e autorizam-se a peticionar, isolada ou conjuntamente, para requerer a extinção das ações judiciais, recursos e incidentes acima relacionados, nos termos das petições anexas (Anexo II).

1.3. As cláusulas objeto do presente Termo permanecem inalteradas em caso de sucessão, ficando o/a(s) sucessor/a(es/as) responsáveis pelas obrigações aqui pactuadas, inclusive, pelo eventual pagamento da multa avençada no caso de inadimplemento. Encontram-se obrigadas pelas disposições deste Termo exclusivamente as entidades subscritoras e seus representantes e representados.

2. DO ESTABELECIMENTO DO PLANO ANTIRRACISTA

2.1 Dentro dos limites e parâmetros estabelecidos neste Termo, o CARREFOUR compromete-se a estabelecer um Plano Antirracista, inclusive em reforço e ampliação de sua política de enfrentamento ao racismo, à discriminação e à violência, bem como de promoção dos direitos humanos em todos os seus estabelecimentos em território nacional, por meio das medidas estabelecidas neste Termo (“Plano”), desenvolvidas e convencionadas em conjunto com os COMPROMITENTES e TERCEIROS INTERESSADOS e detalhadas na cláusula 2.6 abaixo.

2.2. O Plano foi elaborado levando em consideração as normas e diretrizes citadas nos “Considerandos” deste Termo e deverá continuar a observar tais parâmetros: (i) enquanto aquelas normas permanecerem em vigor e os COMPROMISSÁRIOS a elas estiverem sujeitos; e (ii)



desde que normas supervenientes não conflitem com os limites objetivos das obrigações estabelecidas neste Termo, hipótese na qual prevalecerá a obrigação derivada de lei superveniente.

2.3. O presente Termo contém obrigações vinculantes para os COMPROMISSÁRIOS, de forma que estas configuram normas mínimas, podendo os COMPROMISSÁRIOS adotar toda e qualquer medida, ação ou regras que sejam mais protetivas àquelas constantes do Plano Antirracista.

2.4 As obrigações estabelecidas neste Termo não excluem a possibilidade de os COMPROMISSÁRIOS implementarem outras medidas protetivas de enfrentamento ao racismo, à discriminação, à violência e de promoção dos direitos humanos que venham a ser estabelecidas em lei ou que, eventualmente, derivem da submissão dos COMPROMISSÁRIOS a regras de autorregulamentação.

2.5 Os COMPROMITENTES e TERCEIROS INTERESSADOS: (i) reconhecem que as medidas convencionadas neste Termo foram debatidas conjuntamente entre as Partes e chanceladas pelos COMPROMITENTES e TERCEIROS INTERESSADOS; e (ii) reconhecem que tais medidas são suficientes e adequadas para o tratamento das questões objeto deste Termo, dentro da esfera privada de atuação dos COMPROMISSÁRIOS, que evidentemente não afasta ou dispensa a imprescindível atuação do Estado.

2.6. O Plano contemplará as medidas abaixo especificadas em cada área temática indicada de “A” a “F”, de forma que as obrigações dos COMPROMISSÁRIOS com relação ao Plano se restringem à sua implementação, nos seguintes termos e prazos:



A. CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS AO PLANO

2.6.1. O presente Plano será implementado pelos COMPROMISSÁRIOS a fim de reforçar as medidas de proteção e prevenção de atos de discriminação e de violência, bem como promoção da diversidade, em adição ou complementação daquelas já existentes no âmbito das políticas e diretrizes dos COMPROMISSÁRIOS.

2.6.2. Este Plano contém a integralidade das obrigações decorrentes do TAC que podem ser exigidas dos COMPROMISSÁRIOS no que concernem às medidas aplicáveis ao combate à discriminação e à violência, advindos ou que potencialmente adviriam dos procedimentos e ações acima identificadas.

2.6.3. O Plano será considerado cumprido com a implementação das condições e obrigações ora definidas, nos exatos termos e limites descritos abaixo e nos prazos ora estabelecidos, sem prejuízo da adoção de outras medidas voltadas à diversidade racial e não conflitantes com o aqui pactuado.

2.6.4. Quaisquer medidas ou diretrizes ora estipuladas deixarão imediatamente de ser exigíveis dos COMPROMISSÁRIOS no evento de legislação e/ou regulamentação superveniente que conflite com os termos e condições estipulados abaixo ou que significativamente obste a sua implementação e/ou manutenção.

2.6.5. O conteúdo deste Plano poderá ser revisto de comum acordo, por escrito, entre COMPROMITENTES e COMPROMISSÁRIOS, no âmbito de suas respectivas atribuições.

2.6.6. Toda e qualquer obrigação dos COMPROMISSÁRIOS que não esteja delimitada com precisão ou contenha diretrizes gerais deverá ser interpretada de forma que o seu cumprimento esteja circunscrito à prática geral de mercado dos demais agentes do segmento dos COMPROMISSÁRIOS.

2.6.7. O cumprimento das obrigações estabelecidas neste Plano será fiscalizado exclusivamente pelos COMPROMITENTES de forma individualizada em relação à natureza da obrigação assumida,



bem como nos limites da atribuição de cada um dos COMPROMITENTES no exercício de sua respectiva função, nos termos expressamente definidos pela Cláusula 6.

2.6.8. Qualquer alegação de descumprimento deste Plano observará o rito estabelecido expressamente no TAC, observadas ainda as normas legais e administrativas previstas para os procedimentos de cada um dos COMPROMITENTES, no âmbito de suas respectivas atribuições.

B. MEDIDAS ATINENTES AO PROTOCOLO DE SEGURANÇA

2.6.9. Os COMPROMISSÁRIOS estabelecerão as medidas abaixo, com relação aos serviços de fiscalização realizado por seus empregados e/ou por colaboradores terceirizados e aos serviços de vigilância prestados por terceiros na forma da Lei nº 7.102/83. Tais medidas serão observadas no modelo de contratação e protocolos do CARREFOUR, conforme abaixo especificado.

2.6.10. No prazo de 60 (sessenta) dias contado da assinatura do Termo de Compromisso, os COMPROMISSÁRIOS se comprometem a adotar um novo modelo de atuação para sua equipe interna de prevenção e fiscalização (ocupações abarcadas pelo CBO* 5174-25), nos termos estabelecidos nesta Cláusula.

Parágrafo primeiro: Os COMPROMISSÁRIOS implementarão uma política que preveja de forma expressa que os empregados próprios terão perfil, treinamento e protocolos com ênfase no acolhimento dos clientes, na orientação quanto à valorização dos direitos humanos e da diversidade e ao combate à discriminação, treinamento que deverá ser estendido aos gerentes, supervisores e gestores. Os COMPROMISSÁRIOS estabelecerão, nesta política, o compromisso de fomentar e priorizar a representatividade da população brasileira quanto ao gênero e raça na contratação desses empregados, aplicando-se aos empregados próprios pelo menos as mesmas exigências indicadas aos empregados terceirizados (Cláusula 2.6.11).



Parágrafo segundo: Está em processo de implantação um Projeto Piloto de internalização das equipes de prevenção em quatro lojas da região de Porto Alegre. Os COMPROMISSÁRIOS expandirão a internalização, até dezembro de 2021, às demais lojas em território nacional (ocupações abarcadas pelo CBO* 5174-25).

Parágrafo terceiro: A referida política conterà previsão no sentido de instar os prestadores de serviço terceirizados a dar treinamento de diversidade e antidiscriminatório aos seus funcionários, inclusive utilizando material validado pelos COMPROMISSÁRIOS.

2.6.11. No prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do TAC, com relação aos estabelecimentos onde haja terceirização dos serviços de segurança, os COMPROMISSÁRIOS implementarão política rigorosa para fiscalização, se obrigando a:

(i) exigir que as empresas terceirizadas apliquem aos seus trabalhadores treinamentos visando à prevenção de práticas discriminatórias, com fiscalização, bem como políticas de combate à violência e à discriminação racial, mediante notificação formal escrita dirigida a esses prestadores ou via instrumento contratual;

(ii) disponibilizar canais de denúncias; e

(iii) advertir, quando necessário, as empresas contratadas quanto aos riscos não tolerados, quanto à recusa ao cumprimento das Políticas de Diversidade/Antirracista e Código de Conduta, inclusive sobre a contratação de agentes contratadas/os em situação irregular, mediante notificação formal escrita dirigida a esses prestadores ou via instrumento contratual.

2.6.12. No prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do TAC, os COMPROMISSÁRIOS se comprometem a revisar e publicar sua Política #eupraticorespeito, a fim de reforçar medidas de combate a todo tipo de discriminação e à violência. Referida revisão deverá contemplar: (i) os parâmetros estabelecidos pelas normas do Decreto nº 9.571, de 21 de novembro de 2018 e demais normas pertinentes de preservação e proteção a direitos humanos; (ii) protocolos



objetivos e públicos de atuação da fiscalização que não extrapolem os limites da gestão privada, nos termos da lei, vedando qualquer forma de contenção física que não se justifique na lei, de forma proporcional e moderada, bem como que contemple a obrigação de acionamento imediato das forças policiais de Estado para contenção de situações extremas e do serviço de saúde de emergência (SAMU) para socorro de eventuais vítimas; (iii) divulgação das medidas proibidas no âmbito das atividades de vigilância; e (iv) a proibição expressa de qualquer procedimento que viole a dignidade da pessoa humana, a honra ou a reputação, na forma da lei, a fim de evitar a ocorrência de atos ou condutas discriminatórias, humilhantes ou vexatórias

2.6.13. Os COMPROMISSÁRIOS, para todos os efeitos, declaram não haver salas ou ambientes destinados à condução de clientes, transeuntes e quaisquer pessoas que sejam consideradas suspeitas em qualquer de suas lojas e/ou estabelecimentos e se obriga a não criar tais salas ou ambientes.

Parágrafo único: Os COMPROMISSÁRIOS se comprometem a abster-se de proibir a filmagem de abordagens por parte de seus funcionários.

2.6.14. Os COMPROMISSÁRIOS assumem, nos limites previstos e permitidos em lei, o compromisso de não contratar empresas de vigilância que tenham como proprietárias/os ou trabalhadoras/es policiais da ativa (policiais aposentados ou em licença não remunerada não se enquadram nesta categoria, ressalvada eventual previsão legal em sentido contrário), diretamente ou por interposta pessoa, bem como pessoas que tiveram ou tenham registros criminais relacionados a envolvimento com organizações criminosas ou com atividades de milícias. Tal obrigação poderá ser cumprida mediante declaração escrita dos representantes legais da empresa contratada prestada aos COMPROMISSÁRIOS, a qual poderá constar do corpo do próprio contrato e deverá ser arquivada e mantida pelos COMPROMISSÁRIOS pelo prazo de 1 (um) ano, contado do prazo de encerramento da vigência do contrato.



2.6.15. No prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do TAC, os COMPROMISSÁRIOS estabelecerão em seus contratos terceirizados de serviços de vigilância da Lei nº 7.102/83, quer por meio de cláusula contratual, quer por meio de política a ser aderida pelos prestadores de serviço, a previsão de que tais fornecedores submeterão os seus empregados a um treinamento anual de capacitação na área de combate à discriminação e à violência, a fim de evitar a ocorrência de atos ou condutas discriminatórias, humilhantes ou vexatórias.

2.6.16. O descumprimento das medidas de prevenção ao racismo ou outros tipos de intolerância pelas empresas terceirizadas sujeitará as empresas contratadas à possibilidade de aplicação, por parte dos COMPROMISSÁRIOS, das penalidades previstas em lei e no contrato.

C. MEDIDAS GERAIS DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS

2.6.17. No prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do TAC, os COMPROMISSÁRIOS atualizarão o Código de Ética e Conduta do Carrefour Brasil, a fim de reforçar de modo objetivo, além de outros assuntos, a proibição de práticas discriminatórias, de maus tratos, constrangimentos e demais riscos identificados e qualquer forma de violência física ou moral, por qualquer cliente, trabalhador/a, colaborador/a, parceiras/os ou terceiros que ajam em nome do estabelecimento, bem como garantir a realização de treinamentos aos seus empregados dentro de suas unidades.

2.6.18. No prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do TAC, os COMPROMISSÁRIOS terão previsão relativa à prática antirracista nos novos contratos a serem celebrados com fornecedores e terceiros, quer por meio de cláusula específica desenvolvida pelos COMPROMISSÁRIOS nos respectivos instrumentos contratuais, quer por meio de adesão ao Código de Conduta para Fornecedores dos COMPROMISSÁRIOS.



2.6.19. No prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do TAC, os COMPROMISSÁRIOS estabelecerão uma grade de treinamentos de práticas antirracistas para trabalhadoras e trabalhadores, conforme os padrões do Código de Ética e Conduta e passará a solicitar que treinamentos desta natureza também sejam conferidos pelos fornecedores aos seus respectivos empregados.

2.6.20. No prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura deste TAC, os COMPROMISSÁRIOS reforçarão os canais hoje existentes para recebimento e tratamento de denúncias de agressões, bem como preconceito e discriminação por raça, orientação sexual ou identidade de gênero, deficiência ou qualquer forma de intolerância, inclusive decorrentes das relações de trabalho, ou violação de direitos humanos, a ser disponibilizado no site e aplicativos da empresa, podendo ser feito também por telefone, garantida a preservação da identidade dos denunciantes e testemunhas. Os referidos mecanismos atenderão clientes, trabalhadores, colaboradores e fornecedores do CARREFOUR.

2.6.21. No prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura deste TAC, os COMPROMISSÁRIOS, preservadas as atribuições dos órgãos públicos competentes, reforçarão o fluxo de providências nos casos de discriminação racial eventualmente ocorridos em suas dependências, o qual passará a contemplar as seguintes etapas:

- (i) acolhimento e registro formal dos casos noticiados por clientes ou trabalhadoras/es à área de *Compliance* dos COMPROMISSÁRIOS pelo Canal de Denúncia;
- (ii) geração de número exclusivo de acompanhamento do caso, a ser informado ao denunciante, que poderá ter ciência da conclusão da apuração nos canais dos COMPROMISSÁRIOS;



(iii) preservação de imagens existentes do circuito interno de monitoramento do local onde ocorreu o fato, pelo período de 6 (seis) meses; e

(iv) registro dos nomes e contatos das vítimas, testemunhas e prepostos alegadamente envolvidos no fato, se fornecidos e se estes concordarem.

2.6.22. A efetividade do Canal de Denúncia previsto nesta Cláusula, em relação aos casos de discriminação racial, será auditada anualmente pelos auditores independentes contratados pelos COMPROMISSÁRIOS, especificamente para efeitos de acompanhamento do cumprimento do presente Termo. Para fins de verificação da efetividade do Canal de Denúncia, os auditores independentes receberão relatório anonimizado das denúncias relacionadas a supostas discriminações raciais ocorridas no período, com (i) identificação do número de protocolo, e (ii) informação sobre (a) o tratamento ou não das ocorrências, (b) sua procedência ou improcedência, (c) a aplicação de eventuais medidas pelos COMPROMISSÁRIOS, em caso de procedência das denúncias, sem prejuízo da atuação dos órgãos competentes, nas situações previstas em lei.

2.6.23. No prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura deste TAC, os COMPROMISSÁRIOS assegurarão em suas plataformas digitais informação visível e acessível sobre o canal para realização e tratamento das denúncias, bem como assegurarão que tais informações sobre o canal de denúncia sejam incluídas e constem dos programas de formação e capacitação de suas trabalhadoras e seus trabalhadores.

D. MEDIDAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

2.6.24. O CARREFOUR implementará as medidas abaixo no âmbito das relações de trabalho, pertinentes à garantia de Direitos Humanos, sem prejuízo a outras medidas, ações, planos ou



regras que já tenham sido implementadas e de outras mais benéficas, a fim de evitar a ocorrência de qualquer ato ou conduta que possa ser caracterizado como prática discriminatória em razão de raça, cor, cultura ou etnia envolvendo os seus funcionários e/ou prestadores terceirizados.

2.6.25. Se abster de adotar ou tolerar qualquer ato ou conduta que possa ser caracterizada como prática discriminatória em razão de raça, cor, cultura ou etnia envolvendo seus empregados ou empregados/trabalhadores de prestadores que contratar para prestar serviços a qualquer título, inclusive prevenindo e proibindo procedimentos discriminatórios que possam humilhar os empregados/trabalhadores, expô-los e/ou ridicularizá-los, garantindo-lhes tratamento digno e livre de discriminação.

E. MEDIDAS NO EIXO SOCIEDADE

2.6.26. No prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura deste TAC, os COMPROMISSÁRIOS estabelecerão protocolo de treinamento para os seus dirigentes e trabalhadores, em relação a atos de discriminação e no que consiste o racismo estrutural. Referido protocolo deverá estabelecer que os treinamentos serão periódicos e obrigatórios, com periodicidade máxima de 1 (um) ano entre cada treinamento. Tais treinamentos: (i) terão carga horária mínima de 2 (duas) horas; (ii) poderão ser realizados através de meios virtuais; (iii) serão iniciados no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura deste TAC; e (iv) deverão (a) esclarecer as bases do racismo em nosso país, (b) esclarecer os conceitos de racismo, preconceito, discriminação, segregação, racismo estrutural e institucional e (c) incentivar atitudes antirracistas, cumprimento da política de diversidade e dos compromissos sociais assumidos.



2.6.27. Os protocolos de treinamento para os seus dirigentes e trabalhadores em relação a atos de discriminação e no que consiste o racismo estrutural deverão contemplar os requisitos do item acima (2.6.26).

2.6.28. Os COMPROMISSÁRIOS comprometem-se a disponibilizar, em seu site, ao público em geral, sua política de diversidade e combate à discriminação.

2.6.29. Os COMPROMISSÁRIOS deverão promover o tema do combate ao racismo e à violência em sua publicidade, em suas redes sociais e materiais impressos, divulgando mensagem que inclua o seguinte texto: “Racismo é crime. Denuncie. Disque 100 ou procure a Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou o Ministério Público”.

2.6.30. Os COMPROMISSÁRIOS comprometem-se a realizar ações de impacto social nas áreas de educação, empregabilidade e empreendedorismo, mediante a implementação das seguintes medidas:

- (i) Concessão de bolsas de estudo e permanência para pessoas negras, prioritariamente em nível de graduação e de pós-graduação *stricto e lato sensu*, no valor total de **R\$ 68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais)**, sendo que as bolsas serão concedidas no prazo de 3 (três) anos, podendo o ciclo integral de formação superar esse período, com início dos editais, que serão organizados e geridos na forma dos parágrafos abaixo, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura deste Termo;
- (ii) Concessão de bolsas de estudo para pessoas negras, prioritariamente em nível de idiomas, inovação e tecnologia, com foco na formação de jovens profissionais para o mercado de trabalho, no valor total de **R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, sendo que as bolsas serão concedidas no prazo de 3 (três) anos, podendo o ciclo integral de formação superar esse período, com início dos editais,



que serão organizados e geridos pelos COMPROMISSÁRIOS, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura deste Termo; e

(iii) Investimentos em projetos de inclusão social em redes incubadoras e/ou aceleradoras de empreendedores negros e/ou suporte a pequenos empreendedores negros, a serem identificados e selecionados pelos COMPROMISSÁRIOS, no valor total de **R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)**, a ser realizado no prazo de 3 (três anos) com início no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura deste Termo.

Parágrafo Primeiro: As medidas previstas nos incisos “ii” e “iii” desta Cláusula serão prioritariamente realizadas por meio de editais, sempre geridos e organizados pelos COMPROMISSÁRIOS, e/ou através de hubs de inovação especializados e reconhecidos pelo mercado a serem contratados pelos COMPROMISSÁRIOS, que permitirão a participação da sociedade, sendo que o processo de seleção observará critérios de gênero, região, vulnerabilidade social e mecanismos de heteroidentificação.

Parágrafo Segundo: As medidas previstas no inciso “i” desta Cláusula serão prioritariamente realizadas por meio de editais e observarão os parágrafos abaixo, sendo que o processo de seleção observará critérios de gênero, região, vulnerabilidade social e mecanismos de heteroidentificação.

Parágrafo Terceiro: A seleção das Universidades Públicas e Privadas e Institutos Federais de Ensino para celebração de Termos de Cooperação a serem firmados para seleção e concessão das bolsas a estudantes de graduação e de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* se efetivará pela realização de edital de chamamento público organizado conjuntamente pelos COMPROMITENTES e COMPROMISSÁRIOS, obedecendo-se aos requisitos estabelecidos em edital e observados os seguintes critérios: (a) raciais conforme a Lei nº



12.711, de 29 de agosto de 2012; (b) submissão a mecanismos de heteroidentificação; e ainda, (c) para estudantes de graduação, obedçam aos demais requisitos estabelecidos na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Parágrafo Quarto: A participação dos COMPROMITENTES e COMPROMISSÁRIOS para efeitos do parágrafo terceiro acima se dará através da constituição de uma banca formada por 7 (sete) integrantes, sendo 3 (três) nomeados pelos COMPROMITENTES, 3 (três) nomeados pelos COMPROMISSÁRIOS, e 1 (um) nomeado conjuntamente pelos COMPROMITENTES e COMPROMISSÁRIOS, com expertise em editais públicos voltados para educação. As deliberações da banca serão sempre tomadas por maioria simples.

Parágrafo Quinto: Para fins de cumprimento da obrigação prevista no parágrafo terceiro desta Cláusula, a banca referida no parágrafo quarto deliberará sobre as seguintes matérias: (i) elaborar os editais e o plano de divulgação; (ii) definir os critérios de elegibilidade dos candidatos nos termos dos parágrafos segundo e terceiro; e (iii) selecionar as universidades participantes e a quantidade de bolsas para cada uma delas.

Parágrafo Sexto: Fica preferencialmente destinado o valor correspondente a 30% (trinta por cento) das bolsas de graduação e de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* para estudantes matriculados em instituições com sede e com o respectivo curso desenvolvido no âmbito territorial do Rio Grande do Sul.

Parágrafo Sétimo: As demais definições quanto às bolsas de estudo de graduação e de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* serão fixadas em edital, inclusive no que se refere à sua duração, sempre observado o limite financeiro previsto no item “i” desta cláusula.

2.6.31. Os COMPROMISSÁRIOS comprometem-se a disponibilizar o valor de **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** para contribuir com a elaboração de projetos de iniciativa museológica ou de centro de interpretação destinados à reflexão sobre o processo de escravidão e do tráfico



transatlântico de pessoas africanas escravizadas na região do Cais do Valongo, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste TAC.

Parágrafo Primeiro: O cumprimento dessa obrigação pelos COMPROMISSÁRIOS se dará mediante a disponibilização do valor indicado nesta cláusula, na forma do Parágrafo Segundo. Ficará a cargo exclusivo dos COMPROMITENTES a utilização deste valor de destinação vinculada, sem qualquer ingerência ou responsabilidade dos COMPROMISSÁRIOS.

Parágrafo Segundo: O valor previsto no caput desta Cláusula 2.6.31 será disponibilizado pelos COMPROMISSÁRIOS no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste TAC, mediante a aplicação no CDB (Certificado de Depósito Bancário) em Instituição Financeira de primeira linha a ser escolhida pelos COMPROMISSÁRIOS, devendo ser encaminhado aos COMPROMITENTES o comprovante da efetivação do investimento. Os valores constantes da aplicação serão resgatados e disponibilizados mediante requisição expressa e formal dos COMPROMITENTES, contendo as informações do beneficiário e do valor a ser a ele depositado. Os valores constantes da aplicação serão resgatados e disponibilizados para entidade gestora, indicada pela Defensoria Pública da União, como responsável pela elaboração e execução dos projetos descritos no item 2.6.31. Os valores serão depositados para a entidade gestora em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da liberação do investimento.

2.6.32. Os COMPROMISSÁRIOS comprometem-se a disponibilizar o valor de **R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais)** em favor dos COMPROMITENTES, que, por sua vez, utilizarão esse valor a seu critério e através de editais públicos sem a interferência dos COMPROMISSÁRIOS, para custear e fomentar: (i) a realização de campanhas educativas de



combate ao racismo; e/ou (ii) projetos sociais e culturais com foco no combate ao racismo e valorização cultural afro-brasileira e indígena, sempre de forma a desenvolver exclusivamente a temática de combate ao racismo e/ou à discriminação racial. Todos os custos relativos à realização e seleção dos projetos serão arcados com as verbas previstas nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro: O valor previsto no *caput* desta Cláusula 2.6.32 será disponibilizado pelos COMPROMISSÁRIOS no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste TAC, mediante a aplicação no CDB (Certificado de Depósito Bancário) em Instituição Financeira de primeira linha a ser escolhida pelos COMPROMISSÁRIOS, devendo ser encaminhado aos COMPROMITENTES o comprovante da efetivação do investimento. Os valores constantes da aplicação serão resgatados e disponibilizados mediante requisição expressa e formal dos COMPROMITENTES, contendo as informações do beneficiário e do valor a ser a ele depositado. Os valores serão depositados ao beneficiário em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da liberação do investimento.

Parágrafo Segundo: Os COMPROMITENTES se comprometem a informar sobre a destinação dos valores compreendidos nesta Cláusula.

2.6.33. Os COMPROMISSÁRIOS comprometem-se a destinar o valor de **R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais)** para custear e fomentar, a seu critério e sem a interferência dos COMPROMITENTES: (i) a realização de campanhas educativas de combate ao racismo; e/ou (ii) projetos sociais com foco no combate ao racismo, sempre de forma a desenvolver exclusivamente a temática de combate ao racismo e/ou à discriminação racial. Todos os custos relativos à realização e seleção dos projetos serão arcados com as verbas previstas nesta cláusula.

Parágrafo único: A auditoria externa prevista na cláusula 4 averiguará se a integralidade do valor serviu à sua destinação vinculada, nos termos desta cláusula 2.3.33.

2.6.34. No prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura TAC, os COMPROMISSÁRIOS atualizarão sua Política de Valorização da Diversidade de modo a enfatizar o tratamento rigoroso



dos casos de discriminação e racismo por parte de seus colaboradores, clientes e fornecedores, através da instituição de medidas preventivas e sancionatórias contra práticas de racismo e outras formas de discriminação, estabelecidas de modo claro e transparente.

2.6.35. No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura deste TAC, os COMPROMISSÁRIOS estabelecerão censo interno para verificar a composição étnico-racial e de gênero das/os trabalhadoras/es, em todas as funções, observados os termos e limites da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

2.6.36. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste TAC, os COMPROMISSÁRIOS lançarão um programa específico e exclusivo de estágio e um de trainee para pessoas negras, contemplando 10 (dez) vagas para cada programa (estágio e trainee) por ano pelo prazo de 3 (três) anos, a fim de fomentar os quadros de liderança da companhia. Ao cabo dos 3 (três) anos, o Carrefour avaliará a continuidade do programa de estágio e de trainee, conforme os resultados obtidos e a representação racial em posições de liderança e posições críticas. O valor a ser destinado para o cumprimento da obrigação prevista nesta cláusula é de **R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)**.

2.6.37. No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura deste TAC, os COMPROMISSÁRIOS, após prévia pesquisa e estudo de mercado, estabelecerão metas de contratações anuais de profissionais negras e negros, não apenas para funções de apoio, técnicas ou serviços, mas para os cargos de chefia, supervisão e direção, a fim de promover representatividade racial.

2.6.38. Em até 3 (três) anos contados da assinatura do presente Termo, o Carrefour se compromete a contratar, pelo menos, o total de 30.000 (trinta mil) colaboradores negros onde a empresa está presente, respeitando a representatividade racial e de gênero da população do país.



2.6.39. Em até 3 (três) anos contados da assinatura do presente Termo, os COMPROMISSÁRIOS se comprometem a desenvolver e capacitar 300 (trezentos) de seus empregados (as) negros (as) como alavanca de carreira, de modo a facilitar o acesso desses funcionários a posições de liderança e posições críticas para a organização, mediante o investimento em formação acadêmica (curso técnico, graduação, MBA, aprendizado de idiomas etc.) e mentoria para carreira, além de acompanhamento psicológico, se necessário. O valor a ser destinado para o cumprimento da obrigação prevista nesta cláusula é de **R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)**.

F. DOS COMPROMISSOS EM RELAÇÃO À CADEIA OU REDE DE FORNECIMENTO

2.6.40. Os COMPROMISSÁRIOS estabelecerão política para desenvolver uma cadeia de fornecimento sustentável, estimulando a formação de uma rede que tenha como meta fomentar a inclusão de comunidades tradicionais, em especial quilombolas, por meio de parcerias com cooperativas conectadas a essas comunidades. Fica desde já acordado que:

- (i) tal obrigação constitui cláusula de melhores esforços;
- (ii) a obrigação dos COMPROMISSÁRIOS não será reputada descumprida em caso de não atingimento da meta almejada; e
- (iv) a obrigação dos COMPROMISSÁRIOS está limitada à disponibilidade comercial e capacidade técnica dos referidos fornecedores. Os COMPROMISSÁRIOS também buscarão reduzir os riscos e efeitos da precarização do trabalho na sua cadeia de fornecimento, o que se dará através do estabelecimento de cláusula de não tolerância com qualquer tipo de exploração econômica, social ou redução da qualidade de vida dos trabalhadores participantes da cadeia de produção junto aos seus fornecedores.



2.6.41. Os COMPROMISSÁRIOS destinarão parte de seus investimentos sociais anuais, em valor total não inferior a **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** durante o período de 3 (três) anos, ao beneficiamento das comunidades quilombolas, visando ao fomento de sua produção agrícola e artesanal ou à incorporação de sua produção à cadeia de fornecimento do empreendimento, de maneira sustentável e não intervencionista no seu modo de vida, com absoluto respeito ao meio ambiente.

2.7. Para o cumprimento das medidas contempladas no Plano, indicadas nas cláusulas do item 2.6 e respectivos subitens descritas acima (“A” a “F”), os COMPROMISSÁRIOS destinarão o valor total de **R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)** durante o período de 3 (três) anos, para investimento em sistemas e consultorias para suporte ao cumprimento das medidas atinentes ao protocolo de segurança (B), medidas gerais de prevenção e tratamento de denúncias (C), medidas no âmbito das relações de trabalho (D), medidas no eixo sociedade (E) e compromissos em relação à cadeia ou rede de fornecimento (F).

3. DO VALOR TOTAL DE INVESTIMENTO DO TAC

3.1. Para fins de implementação de todas as obrigações assumidas pelos COMPROMISSÁRIOS neste Termo, bem como a título de danos morais coletivos e também a título de investimento social e contribuição de recursos financeiros, o CARREFOUR disponibilizará, quer diretamente aos COMPROMITENTES, quer mediante o emprego, pelos COMPROMISSÁRIOS, dos valores necessários ao adimplemento das obrigações ora assumidas (inclusive as obrigações de fazer e não fazer), o montante global e total de **R\$115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais)**, o qual abrange e compreende todos os valores especificamente referidos nas cláusulas ao longo deste Termo, com exceção das penalidades previstas na Cláusula 6 em decorrência de eventual



descumprimento de obrigações assumidas por esse TAC, e não se limita ao valor do fundo para promoção da diversidade e combate ao racismo anunciado pelo CARREFOUR, conforme alocação de valores indicada no Anexo I.

3.2. Se depois de integralmente realizadas as obrigações previstas neste Termo não for consumido o valor total previsto na Cláusula 3.1, as partes decidirão de comum acordo a forma de alocação dos eventuais recursos remanescentes, preferencialmente voltados para a concessão de bolsas de estudos.

4. AUDITORIA EXTERNA

4.1 Os COMPROMISSÁRIOS se comprometem a destinar o valor de **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** para contratar empresa de auditoria externa independente para verificação anual do cumprimento do presente Termo. Os COMPROMISSÁRIOS se reservam o direito de escolher a empresa de auditoria entre as seguintes: (i) Deloitte; (ii) Price Waterhouse Coopers; (iii) Ernst&Young; e (iv) KPMG.

Parágrafo único: O valor previsto nesta cláusula será utilizado também para o cumprimento da obrigação prevista na cláusula 7.2.

4.1.2 A auditoria será realizada respeitando as disposições legais, administrativas e procedimentais aplicáveis às auditorias independentes.

4.1.3 A auditoria terá início após 06 (seis) meses da data da assinatura do presente Termo, sendo que: (i) no primeiro ano de vigência do TAC, os relatórios serão produzidos semestralmente; (ii) a partir do segundo ano de vigência do TAC, os relatórios serão produzidos anualmente, pelo prazo de vigência do TAC (3 anos), sendo certo que ao cabo de cada avaliação deverá ser expedido relatório apresentando os procedimentos de verificação aplicados e os resultados obtidos, o qual será compartilhado com os COMPROMITENTES.



4.1.4. Sem prejuízo da verificação periódica, pela auditoria independente, do cumprimento do presente Termo, as Partes realizarão reuniões trimestrais de acompanhamento, que poderão ocorrer virtualmente, nas quais os COMPROMISSÁRIOS apresentarão o status de implementação das obrigações aqui estipuladas, de modo a dar visibilidade e transparência do andamento das ações aos COMPROMITENTES (“Reuniões de Acompanhamento”). As Reuniões de Acompanhamento poderão ser dispensadas, de acordo com o critério de necessidade e conveniência dos COMPROMITENTES.

4.1.5 Dada a natureza do presente TAC, será dada preferência de contratação, dentre as empresas previstas na Cláusula 4.1, às empresas de auditoria externa independente que demonstrem possuir profissionais negros com expertise em questões raciais. Caso haja duas ou mais empresas com preços e expertise equivalentes, será observado, preferencialmente, como critério de desempate, aquela que demonstrar possuir o maior número de profissionais negros em questões raciais.

5. AÇÕES JUDICIAIS E INQUÉRITOS CIVIS

5.1. A partir da assinatura do presente Termo, os COMPROMITENTES e TERCEIROS INTERESSADOS reconhecem a suficiência das obrigações assumidas neste termo, com relação ao objeto de seus procedimentos e ações judiciais, nada mais podendo reclamar dos COMPROMISSÁRIOS a esse respeito, comprometendo-se a se abster de iniciar quaisquer outros procedimentos, judiciais ou administrativos, acerca do objeto deste Termo, exceto, unicamente, no caso de descumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

5.2. Todas as obrigações assumidas pelos COMPROMISSÁRIOS neste Termo não importam em reconhecimento de responsabilidade dos COMPROMISSÁRIOS por quaisquer danos, individuais ou coletivos, bem como não importam no reconhecimento da prática de qualquer ato de racismo,



discriminação ou violência e não poderão ser interpretadas nesse sentido. Os COMPROMISSÁRIOS se reservam ao direito de regresso para exigir reparação dos responsáveis pelos danos decorrentes do fato havido no dia 19.11.2020 nas dependências da loja do Carrefour no bairro de Passo D'Areia, na cidade de Porto Alegre – RS.

5.3 A celebração do presente Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser divulgada ao mercado nos termos da Instrução CVM nº 358/2002.

6. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

6.1 O cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo será fiscalizado pelos COMPROMITENTES de forma individualizada em relação à natureza da obrigação assumida, bem como dos limites da atribuição de cada um dos COMPROMITENTES no exercício de sua respectiva função, de forma que segmentada nos seguintes termos:

- (i) O cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusulas 2.6.24 e 2.6.25 será fiscalizado pelo Ministério Público do Trabalho-RS;
- (ii) O cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula 2.6.32 será fiscalizado pelo Ministério Público Federal-RS;
- (iii) O cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula 2.6.26 e 2.6.30, ii, será fiscalizado pelo Ministério Público Estadual -RS;
- (iv) O cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula 2.6.31 e 2.6.41 será fiscalizado pela Defensoria Pública da União;
- (v) O cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula 2.6.26 e 2.6.30, iii, será fiscalizado pela Defensoria Pública do Estado -RS;



(vi) O cumprimento da obrigação da cláusula 2.6.30, i, e das demais obrigações estabelecidas nesse TAC e não assinaladas nessa cláusula, será fiscalizado pelos COMPROMITENTES conjuntamente;

Parágrafo único: O acompanhamento das obrigações do presente TAC se dará por meio dos COMPROMITENTES.

6.2. No caso de os COMPROMISSÁRIOS entenderem pelo descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo, será observado o seguinte procedimento:

(i) os COMPROMISSÁRIOS deverão ser notificados por escrito pelo COMPROMITENTE responsável pela fiscalização da obrigação sobre o descumprimento, com a indicação precisa da obrigação alegadamente descumprida;

(ii) os COMPROMISSÁRIOS terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar justificativa, demonstrando o adimplemento da obrigação ou solicitando, justificadamente, prorrogação de prazo para o seu cumprimento, sendo essa prorrogação inaplicável para as cláusulas 2.6.24 e 2.6.25;

(iii) caso a justificativa não seja acatada pelo COMPROMITENTE para estender o prazo de cumprimento ou reputar a obrigação cumprida, a existência ou não de descumprimento será submetida ao Poder Judiciário, através de medidas pertinentes à execução de título executivo extrajudicial.

6.3. O cumprimento pelos COMPROMISSÁRIOS das obrigações previstas neste Termo de modo distinto do quanto pactuado implicará o seu descumprimento, salvo quando decorrente de termo aditivo ou da orientação dos COMPROMITENTES, ou ainda quando restar demonstrado que do modo em que pactuado não seria possível ou viável o cumprimento da obrigação, com prévia anuência e concordância dos COMPROMITENTES, dentro das atribuições estabelecidas na cláusula 6.1.



6.4. As Partes concordam que um descumprimento somente poderá ser reputado como ocorrido se observado o trâmite estabelecido na Cláusula 6.2.

6.5. Em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas nos itens 2.6.13, 2.6.24, 2.6.25, 2.6.36, 2.6.37, 2.6.38 e 2.6.39 deste Termo, após o procedimento estabelecido na Cláusula 6.2, os COMPROMISSÁRIOS ficarão sujeitos às seguintes sanções pecuniárias: (i) multa no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por obrigação eventualmente descumprida sem prejuízo de execução da obrigação descumprida; e (ii) em caso de necessidade de ajuizamento de medida de execução do presente, outras medidas e sanções adicionais poderão ser pleiteadas pelos COMPROMITENTES e fixadas em decisão judicial, adicionais àquelas aqui previstas.

Parágrafo Primeiro: As multas e penalidades eventualmente incidentes não poderão ultrapassar o valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por ano, durante a vigência deste Termo de Ajuste de Conduta, ressalvado o disposto nos itens “a” e “b” abaixo.

- (a) Após o lapso temporal de 03 (três) anos da assinatura deste TAC, exclusivamente em caso de descumprimento da obrigação das cláusulas 2.6.24 e 2.6.25, o limite anual da multa poderá ser majorado para R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) se restarem comprovados descumprimentos que importem, em um ano, em imposição de multas que extrapolem o limite anual de R\$ 500.000,00, por decisões judiciais transitadas em julgado.
- (b) Após o lapso temporal de 06 (seis) anos da assinatura deste TAC, na hipótese de serem observados descumprimentos que importem em imposição de multas que extrapolem esse limite anual de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) por ano, por decisões judiciais transitadas em julgado pelo período de dois anos consecutivos, poderá não ser aplicado o limite anual da multa pelo Ministério Público do Trabalho, resguardados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sempre sujeito ao Poder Judiciário.



Parágrafo Segundo: Será considerado descumprimento das obrigações contidas nas cláusulas 2.6.24 e 2.6.25, para efeito de aplicação da penalidade prevista no item 6.5, caput, as seguintes circunstâncias:

- (a) caso se verifique, após a assinatura do presente TAC, omissão ou inércia dos COMPROMISSÁRIOS em adotar as medidas necessárias para cumprimento das obrigações assumidas nas cláusulas 2.6.24 e 2.6.25, sempre observando-se o rito previsto na cláusula 6.2, cabendo ao Poder Judiciário a decisão final sobre a aplicação de penalidade; e
- (b) a existência de decisões judiciais transitadas em julgado em reclamações trabalhistas, nas quais se reconheça que eventual ato racista praticado por empregado dos COMPROMISSÁRIOS, após a assinatura do presente TAC, decorreu da inércia dos COMPROMISSÁRIOS no cumprimento das obrigações assumidas nas cláusulas 2.6.24 e 2.6.25, podendo o Ministério Público do Trabalho adotar as medidas cabíveis para a satisfação da multa incidente na esfera judicial se não ocorrer o adimplemento espontâneo, sempre observando-se o rito previsto na cláusula 6.2, cabendo ao Poder Judiciário a decisão final sobre a aplicação de penalidade.

Parágrafo Terceiro: Para fins de clareza, não serão considerados descumprimentos das obrigações contidas nas cláusulas 2.6.24 e 2.6.25, para efeito de aplicação da penalidade prevista no item 6.5 caput, as seguintes circunstâncias:

- (a) decisões judiciais transitadas em julgado em reclamações trabalhistas condenando os COMPROMISSÁRIOS ao pagamento de valores em decorrência de prática discriminatória envolvendo as obrigações descritas na cláusula 2.6.24 e 2.6.25;
- (b) a formalização de acordo/conciliação em decorrência de ação judicial que contemple pagamento em razão de prática discriminatória envolvendo as obrigações descritas na cláusula 2.6.24 e 2.6.25;



- (c) o simples protocolo de denúncia(s) junto aos órgãos do Ministério Público do Trabalho ou junto ao canal de Denúncias dos COMPROMISSÁRIOS; e
- (d) o simples protocolo de ações judiciais ou lavratura de autos de infração lavrados sobre o tema de racismo.

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses do Parágrafo Terceiro, poderá o Ministério Público do Trabalho formar juízo de convencimento a respeito da ocorrência, ou não, do descumprimento em cada caso, com adoção das medidas cabíveis para a cobrança da multa, se formado pelo órgão ministerial entendimento de ocorrência de descumprimento, sempre observando-se os termos do parágrafo segundo e o rito previsto na cláusula 6.2, cabendo ao Poder Judiciário a decisão final sobre a aplicação de penalidade.

Parágrafo Quinto: Em qualquer uma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, se o Ministério Público do Trabalho firmar entendimento da ocorrência de descumprimento das cláusulas 2.6.24 e 2.6.25, a aplicação da multa, se não houver a concordância dos COMPROMISSÁRIOS, observando-se os termos do Parágrafo Segundo e o rito previsto na cláusula 6.2, somente será aplicada após a controvérsia ser submetida ao Poder Judiciário, a quem sempre caberá a decisão final sobre a avaliação do descumprimento e subsequente aplicação de penalidade.

6.6. As Partes comprometem-se a agir de forma colaborativa e de acordo com os ditames da boa-fé, em atenção às disposições do artigo 6º do CPC, a fim de buscar o atendimento eficaz às obrigações previstas neste Termo, procurando dirimir consensualmente eventuais divergências no seu cumprimento.

6.7. Eventuais divergências entre as Partes no cumprimento deste Termo, caso não solucionadas de forma consensual e observado o procedimento estabelecido na Cláusula 6.2, serão levadas ao conhecimento do Poder Judiciário, a quem caberá decidir a questão, observado o rito e limites



de conhecimento referentes às disposições legais pertinentes a título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85.

6.8. A extinção deste Termo dar-se-á pelo cumprimento regular de todas as obrigações assumidas pelos COMPROMISSÁRIOS, ressalvado ao que se refere às cláusulas 2.6.24 e 2.6.25, cujas obrigações não se extinguirão após o período de vigência do presente TAC.

6.9 A destinação a ser dada aos valores decorrentes da eventual aplicação das sanções previstas neste TAC será definida pelas instituições COMPROMITENTES, no âmbito das respectivas atribuições, com finalidade especial de medidas de promoção da igualdade racial.

7. DA PUBLICIDADE DO TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

7.1 A celebração do presente Termo deverá ser amplamente divulgada pelas Partes, sendo certo que a integralidade do documento restará disponível na internet no site dos COMPROMISSÁRIOS, pelo prazo de 6 (seis) meses contados da assinatura deste Termo, em espaço de destaque, devendo haver link de direcionamento à íntegra do TAC. Considerando o caráter público do presente TAC, os COMPROMITENTES poderão dar divulgação da integralidade dos termos do presente TAC, no âmbito dos procedimentos e processos relacionados na cláusula 1.1 e seus canais institucionais de divulgação.

7.2 Os COMPROMISSÁRIOS se comprometem a divulgar e anunciar a celebração do presente TAC em uma edição de jornal de circulação estadual no Rio Grande do Sul (Zero Hora), em uma única publicação, contendo de forma resumida as obrigações do TAC e em formato de extrato, em formato de página inteira de jornal, redigida em comum acordo pelos COMPROMISSÁRIOS e COMPROMITENTES, sendo que essa publicação ocorrerá em até 15 (quinze) dias contados da aprovação da redação em comum acordo do extrato referido nesta cláusula. O valor a ser destinado para o cumprimento da obrigação prevista nesta cláusula está compreendido no montante previsto na Cláusula 4.1.



8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O presente Termo tem o condão de dirimir e pôr fim a todas as lides materializadas e contingências relacionadas à implementação e execução de medidas antirracistas e de diversidade racial pelos COMPROMISSÁRIOS, em razão do incidente ocorrido na unidade de Porto Alegre do Carrefour em 19/11/2020, inclusive no que diz respeito à pretensão coletiva de indenização por danos morais, vinculando exclusivamente os COMPROMISSÁRIOS, COMPROMITENTES e TERCEIROS INTERESSADOS no âmbito dos procedimentos e ações indicadas nesse TAC na cláusula (1.1) relacionados e seus representantes e representados.

8.2 Salvo expressa disposição em contrário, os prazos previstos neste Termo serão contados na forma do Código de Processo Civil, em dias úteis, desconsiderando-se o primeiro e considerando o último.

8.3 Estabelece-se como competente para eventual execução do presente Termo o foro da cidade de Porto Alegre - RS das Justiças Estadual, do Trabalho e Federal, dentro de suas respectivas competências.

8.4 O presente Termo possui natureza de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, IV, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), do §6º do art. 5º da Lei nº 7.347/85 e do art. 876 da CLT.

8.4.1. A execução das obrigações tratadas neste Termo obedecerá ao disposto na Cláusula 6.1, de modo que cada um dos COMPROMITENTES deterá legitimidade limitada para executar o cumprimento das obrigações assumidas pelos COMPROMISSÁRIOS nos limites da competência atribuída a cada um deles no exercício de sua respectiva função.



8.5. As partes concordam, em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável, que este Termo permanecerá vigente pelo prazo improrrogável de 3 (três) anos.

E, POR ESTAREM ASSIM AJUSTADAS/OS, ASSINAM O PRESENTE TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA EM VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, FISICAMENTE OU ELETRONICAMENTE.



Página de assinaturas do TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA datado de 11.06.21, entre CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., COMERCIAL DE ALIMENTOS CARREFOUR LTDA., ATACADÃO S.A., MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, EDUCAFRO - EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE AFRODESCENDENTES E CARENTES E CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS]

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO



EDUCAFRO - EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE AFRODESCENDENTES E CARENTES

CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS

CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

COMERCIAL DE ALIMENTOS CARREFOUR LTDA.

ATACADÃO S.A.



Anexo I

Valor (R\$)	Alocação para cumprimento das seguintes obrigações:
68.00.000,00	Cláusula 2.6.30 (i)
6.000.000,00	Cláusula 2.6.30 (ii)
8.000.000,00	Cláusula 2.6.30 (iii)
2.000.000,00	Cláusula 2.6.31
7.500.000,00	Cláusula 2.6.32
6.500.000,00	Cláusulas 2.6.33
4.000.000,00	Cláusula 2.6.36
5.000.000,00	Cláusula 2.6.39
2.000.000,00	Cláusula 2.6.41
4.000.000,00	Cláusulas 2.6 e 2.7
2.000.000,00	Cláusula 4.1 e Cláusula 7.2
R\$ 115.000.000,00	Valor total



Anexo II

[petições de extinção – cláusula 1.2.1]